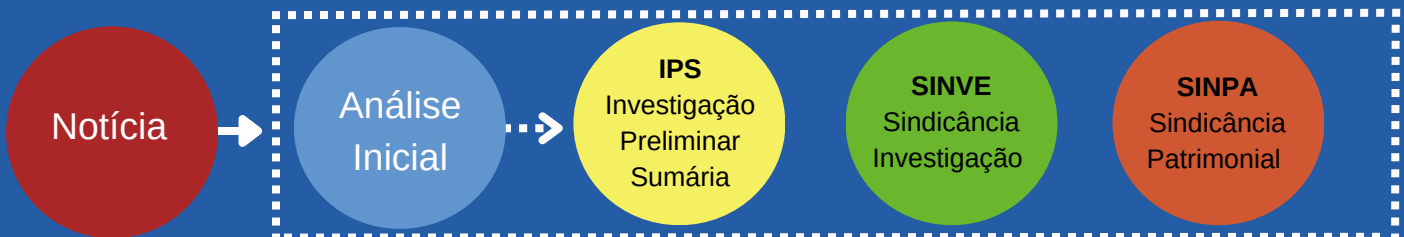


ADMISSIBILIDADE



O QUE É?

Atividade desenvolvida preferencialmente pela unidade de correção do órgão ou entidade do Poder Executivo Federal a partir do recebimento da denúncia, representação ou comunicação de suposto ilícito funcional, ou de suposto ato lesivo cometido por pessoa jurídica contra a Administração Pública (denúncias, representações etc.) com o objetivo de subsidiar a decisão da autoridade competente para a instauração do procedimento correccional acusatório porventura cabível.



COMPREENDE:

- a análise inicial da comunicação de irregularidade;
- a obtenção de outros elementos de prova, diretamente pela unidade correccional ou por intermédio de procedimentos investigativos;
- emissão de relatórios, notas técnicas e
- decisão administrativa denominada “juízo de admissibilidade”, contemplando as providências que serão adotadas pela área correccional do órgão/entidade para o adequado tratamento da matéria.



IMPORTANTE:

Fica dispensada a coleta de novos elementos caso a denúncia/representação já contenha os elementos de informação suficientes a justificar a instauração de um processo acusatório, ou a propositura de um acordo ao servidor/empregado, celebrado mediante Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, ou, ainda, o arquivamento motivado da comunicação inepta (sem conteúdo mínimo que permita a continuidade da apuração) ou não sujeita à atuação correccional.



RECEBIMENTO DA DEMANDA:

Ao receber uma comunicação de possível ilícito funcional ou ato lesivo cometido por pessoa jurídica contra a Administração Pública, cabe à unidade correccional realizar uma análise inicial, com a finalidade de verificar a plausibilidade da irregularidade noticiada.



INDÍCIO DE IRREGULARIDADE:

Em caso positivo, a coleta de elementos de informação ou evidências complementares, relativos à materialidade e à autoria da suposta infração, poderá ser feita de ofício pela própria unidade correccional ou por meio de procedimentos investigativos, tais como a Investigação Preliminar Sumária (IPS), a Sindicância Investigativa (SINVE), a Sindicância Patrimonial (SINPA) e a Investigação Preliminar (IP), regulamentados na **Portaria Normativa n.º 27, de 11 de outubro de 2022**, que dispõe sobre o Sistema de Correção do Poder Executivo Federal de que trata o Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, e sobre a atividade correccional nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal



PODE RESULTAR EM PENALIDADE?

Por se tratar de procedimentos inquisitoriais ou meramente investigativos, não poderão resultar na aplicação de penalidade, e, conseqüentemente, não se faz necessária a observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa.



APROVEITAMENTO DE INFORMAÇÕES:

Os elementos de informação reunidos em sede de admissibilidade podem ser aproveitados pela eventual comissão de processo acusatório decorrente, desde que submetidos ao contraditório e à ampla defesa do acusado, tornando-se provas acerca da autoria e materialidade.

